

ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC
PROAD 1019/2024

Data e horário: 13 de dez. de 2024 15:30 BRT

Local: Telepresencial





ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC

PARTICIPANTES			
Portaria nº 6770/2023			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Des. João Pedro Silvestrin	<i>Magistrado / Presidente do Comitê</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Des ^a . Denise Pacheco	<i>Magistrada</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Des ^a . Maria Silvana Rotta Tedesco	<i>Magistrada</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Juiz Jorge Alberto Araujo	<i>Magistrado / Diretor do Foro de Porto Alegre</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Juiz Luiz Antônio Colussi	<i>Magistrado / substituto do Diretor do Foro de Porto Alegre</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Juiz Renato Barros Fagundes	<i>Magistrado</i>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Juiz Daniel Souza De Nonohay	<i>Magistrado / Representante da Secretaria da Corregedoria</i>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Diogo de Seixas Grimberg	Representante da Secretaria-Geral da Presidência	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rejane Carvalho Donis	Diretora-Geral	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aldo da Silva Jardim	Secretário-Geral Judiciário	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
André Soares Farias	Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Paulo Mendes Ribeiro Junior	Coordenador de Infraestrutura Tecnológica	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Paulo Roberto do Carmo	Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Lucas Pozatti	Coordenador de Segurança da Informação e Proteção	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC

	de Dados		
Denilson Ribeiro de Quadros	Coordenador de Serviços de TIC	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pablo Lopes Barros	Coordenador de Implantação de Sistemas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alberto Daniel Muller	Coordenador de Gestão e apoio à Governança de TIC	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Unidade de apoio executivo: SETIC

Secretária: Deise Alexandra Koerber, Chefe da Divisão de Projetos e Assessoramento Adm de TIC

PAUTA

1. Cronograma de reuniões para 2025
2. Pesquisa de satisfação de sistemas
3. Revisão anual dos processos de TIC
4. Plano anual de capacitação 2025
5. Novas demandas de contratação
6. Contratações: proposta de adequação à portaria TRT-4
7. Revisão dos protocolos de segurança cibernética
8. Segurança da Informação: bloqueio de requisições abusivas
9. Incidente cibernético em ambiente de empresa contratada
10. Sistemas Galileu, e-menta e Panlex
11. Infraestrutura: novos roteadores e storages

Des. João Pedro Silvestrin, Presidente do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicações, abriu a reunião saudando a todos e, em seguida, passou a palavra ao Diretor da Setic, André Farias, para que fosse dado início à exposição dos itens previstos na pauta da reunião, destacando que os materiais foram encaminhados previamente a todos os integrantes do Comitê.

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

1. **Cronograma de reuniões para 2025:** Farias apresentou proposta de cronograma de reuniões para 2025, com periodicidade mensal, sendo a partir de fevereiro, na terceira sexta-feira de cada mês, às 10h30, da seguinte forma: 21/fevereiro/ 21/março, 25/abril, 23/maio, 20/junho, 18/julho, 22/agosto, 19/setembro, 24/outubro, 21/novembro, 12/dezembro. Cronograma aprovado por unanimidade.



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC

2. **Pesquisa de satisfação de sistemas:** Farias apresentou a pesquisa de satisfação de sistemas realizada, com resultado de satisfação acima de 90% para a grande maioria dos sistemas (conforme tabela abaixo). Farias informou que todos os registros de críticas ou sugestões de melhoria para sistemas com índice de satisfação abaixo de 91% fizeram parte de um plano de ação para resolução ou encaminhamento aos gestores dos sistemas, nos casos que precisavam de análise negocial. Juiz Jorge Araújo relatou dificuldades em relação ao novo sistema de chamados, Qualitor, e questionou o fato de ele não ter constado na pesquisa. Farias esclareceu que o sistema é novo e poderá constar na próxima pesquisa.

RESULTADO DA PESQUISA DE AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS - 2023			
	Sistema	%Utiliza	%Satisfeito
1º Grau	Pangea	39,3%	94,2%
1º Grau	PJe	96,8%	90,1%
1º Grau	AUD4	32,9%	88,9%
1º Grau	FAE	61,2%	91,0%
1º Grau	Jurisprudência	74,9%	98,2%
1º Grau	GPREC	35,6%	65,4%
1º Grau	JTe	79,0%	95,4%
2º Grau	Pangea	62,9%	93,2%
2º Grau	PJe	97,1%	92,6%
2º Grau	e-Rec	25,7%	83,3%
2º Grau	Jurisprudência	65,7%	93,5%
2º Grau	e-Jus ²	78,6%	90,9%
2º Grau	JTe	78,6%	100,0%
Administrativos	SCMP	35,3%	81,0%
Administrativos	SIGEO	61,3%	93,2%
Administrativos	SILC	31,1%	94,6%
Administrativos	SIGEP - FolhaWeb	58,8%	91,4%
Administrativos	SIGEP - SGRH	65,5%	83,3%
Uso Comum	PROAD	54,9%	92,4%
Uso Comum	Portal de Internet	98,5%	96,5%
Uso Comum	Portal VOX	100,0%	94,9%
Uso Comum	Robôs	32,4%	99,2%
Uso Comum	BI	37,7%	87,7%

3. **Revisão anual dos processos de TIC:** Farias apresentou os processos que foram revisados, sendo que os processos de Elaboração do PDTIC e de Execução e Monitoração do PDTIC foram os que mais sofreram alterações pois foram unificados em um único processo de forma a otimizar os controles. Revisões aprovadas por unanimidade.

PROCESSO	ALTERAÇÕES realizadas em 2024
Modelagem e Gestão de Processos	<ul style="list-style-type: none">• Inclusão dos campos: “Objetivo do Processo”; “Responsável pelo Processo” e “Controle de Versões”.• Inclusão da atividade “Avaliar Riscos”.• Ajuste nas tarefas relativas à Administração.• Alterado o indicador do processo.
Elaboração do PDTIC e Execução e Monitoramento do PDTIC	Processo totalmente revisado e reescrito, a fim de refletir a prática atual da SETIC.



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC

Novo nome: Elaboração e Revisão do PDTIC	Em sua versão anterior, o processo era denominado de "Gestão de TIC" e era composto por dois subprocessos: "Elaboração do PDTIC" e "Execução e Monitoramento do PDTIC". A nova versão é composta de um único processo, denominado "Elaboração e Revisão do PDTIC"
Gestão de Incidentes em Serviços; Mudança e Liberação de Serviços; Gerenciamento de Catálogo de Serviços; Aferição e Monitoração dos Níveis de Serviço; Gerenciamento do Conhecimento de TIC; Gerenciamento da Central de Serviços de TIC; Planejamento de Contratações de TIC; Gestão de Contratos de TIC; Gestão do Portfólio; Gerenciamento de Projetos de TIC; Gestão de Configuração e Ativos de TIC; Planejamento e Gestão do Plano Anual de Capacitação; Gerenciamento da Disponibilidade e Capacidade de TIC.	Incluídos o nome do responsável pelo processo para os que não possuíam a informação Atualizados os nomes de responsáveis e papéis, para ficarem de acordo com o organograma da SETIC Ações realizadas conforme orientações da auditoria - SEAUDI

- 4. Plano anual de capacitação 2025:** Apresentado o PAC 2025, com planejamento de capacitação para todos os servidores da Setic. Solicitados esclarecimentos quanto à origem da verba de capacitação da Setic, foi informado que a verba não sai do orçamento da Setic e sim da verba de capacitação da Escola Judicial, que destaca um valor formalmente destinado à SETIC. Aprovado por unanimidade.
- 5. Novas demandas de contratação:** Alberto Muller, Coordenador de Gestão e apoio à Governança de TIC, apresentou duas novas demandas recebidas, descritas no quadro abaixo, sendo que a primeira delas já tem aprovação da Presidência (aquisição de 16 notebooks). Des. Silvestrin destacou que este Comitê tem caráter de apoio à Presidência e que tem por atribuição opinar e recomendar. Em casos de aquisições previamente aprovadas pela Presidência, a competência do Comitê se resume a tomar ciência da decisão. Ciência e aprovação por unanimidade.

Item do Plano de contratações:	104
Descrição:	Aquisição de 16 notebooks (já aprovado pela Presidência)
Requisitante:	Diretoria-Geral
Valor Estimado:	R\$87.200,00
Justificativa Área Requisitante:	A aquisição é necessária para as atividades de alguns dos gestores da área administrativa, especialmente para o acesso remoto aos sistemas e serviços de TIC do Tribunal nos momentos em que o usuário não se encontra nas dependências da sua unidade de trabalho.



ATA DE REUNIÃO
COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC

Item do Plano de contratações:	105
Descrição:	Aquisição de 1 KIT de conectores Lacerda para Nobreak
Requisitante:	Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica
Valor Estimado:	R\$1.595,77
Justificativa Área Requisitante:	A aquisição visa colocar em operação o nobreak de 10KVA cujas baterias foram atingidas pela enchente e tiveram que ser substituídas. Contudo, no momento da ativação, identificou-se a necessidade de conectores para realizar a ligação.

6. **Contratações - proposta de adequação à portaria TRT-4:** Muller explanou a necessidade de adoção da prática que excetua de incluir no PGC contratações de até 33% do limite da Dispensa de Licitação pela lei 14.133/2021 (R\$19.968,67 em 2024), conforme a Portaria TRT4 4924/2022 (Regulamenta a Lei 14.133 no TRT4). Ressaltou que o CSJT, através da Resolução 364/2023 (governança de contratações na JT), Art. 12, § 2º faculta a inclusão no PCA de compras até o limite da Dispensa de Licitação pela lei 14.133/2021 (R\$59.906,02 em 2024). Sendo assim, propõe-se:
- Dispensar aprovação de despesas até 33% do limite da Dispensa de Licitação (os processos são todos aprovados pela Administração);
 - Dispensar aprovação de aumentos de até 20% no valor estimado das contratações (os processos são todos aprovados pela administração). Está para sair nova regulamentação pelo TRT-RS;
 - Dispensar aprovação de demandas previamente aprovadas pela Presidência (já antecipado no item 5 desta ata).

Muller destacou ainda que a Setic não deixará de fazer constar todas as despesas no plano de contratações, publicado no portal de governança. Des. Silvestrin destacou que o Comitê deve continuar sendo informado de todas as contratações, ainda que dispensadas de aprovação deste colegiado. Acatada a solicitação, todas as contratações, inclusive as dispensadas de aprovação, seguirão sendo informadas mensalmente ao Comitê. Quando houver a nova regulamentação de contratações do TRT-4 pela Presidência, o assunto retornará ao Comitê para ratificação.

7. **Revisão dos protocolos de segurança cibernética:** Lucas Pozatti, Coordenador de Segurança da Informação e Proteção de Dados, apresentou a proposta de revisão dos seguintes protocolos:

Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos - PPINC-PJ

- Item 4.1.2.1: atualizado número da portaria do Sistema de Gestão de Segurança da Informação para a GR.TRT nº 5.324/2023;



ATA DE REUNIÃO

COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC

Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas - PGCRC-PJ

- Item 4.2.3: acrescentado pois é competência do Subcomitê de Proteção de Dados Pessoais o acompanhamento quando há risco aos dados pessoais. O item contém a seguinte redação: “Caso a crise envolva dados pessoais, o Comitê de Segurança da Informação e Proteção de Dados deve notificar o Subcomitê de Proteção de Dados Pessoais.”

Protocolo para Investigação de Ilícitos Cibernéticos - PIILC-PJ

- A revisão não propôs nenhuma alteração neste protocolo.

Todas as revisões foram aprovadas por unanimidade.

- 8. Segurança da Informação - bloqueio de requisições abusivas:** Lucas relatou que, em novembro, o sistema de proteção de borda de rede bloqueou um IP que tentou fazer mais de 183 milhões de requisições ao PJe. Apresentou comparativo com outros IPs bloqueados, que não ultrapassaram 903,1 mil requisições no mesmo período. Relatou também que foi bloqueada quantidade massiva de requisições feitas por robôs ao sistema consulta processual, sendo que ~96,5% das requisições eram maliciosas. Farias ressaltou a importância desses bloqueios, que evitam ataques como os ocorridos em outros Tribunais. No TRT-4 as requisições são bloqueadas antes de chegarem ao *datacenter*, e portanto é uma proteção importante e eficiente. Juiz Jorge comentou sobre como é tratada a API do Pje, que já está em uso pelos Magistrados, com serviços à disposição para uso externo. Farias esclareceu que as requisições da API são tratadas da mesma forma que os acessos externos citados. Juiz Renato Fagundes questionou o que é buscado por essas requisições bloqueadas. Lucas esclareceu que os bloqueios não são de escritórios de advocacia, que tem um padrão já conhecido pela Setic e que as requisições bloqueadas, dada a quantidade e origem, têm características clássicas de um ataque, que foi devidamente tratado pela Setic.
- 9. Incidente cibernético em ambiente de empresa contratada:** Lucas relatou que no dia 04/12 o ambiente de homologação do EAD, hospedado no ambiente da empresa contratada (e não do TRT4), foi invadido e teve a página inicial modificada. Foi solicitado à empresa um relatório completo de investigação e também a aplicação de medidas corretivas, a fim de evitar nova ocorrência de incidentes maliciosos.
- 10. Sistema Galileu, e-menta e Panlex.**
 - a. **Galileu:** Paulo do Carmo, Coordenador de Desenvolvimento de Sistemas, explanou os resultados apurados na segunda fase do piloto do sistema, que desde o início do projeto já produziu 332 minutas de relatório de sentença, que está em tratativas para liberação para todos os Juízes da 4ª Região e tratando solicitações de adequações técnicas feitas pelo CSJT



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC

para nacionalização do sistema, pois há forte demanda por parte de praticamente todos os Tribunais do Trabalho para uso do sistema. Em janeiro/2025 iniciarão os estudos para o produto ser aplicado ao 2º Grau. Carmo esclareceu que ao gerar a primeira minuta de relatório, esta fica gravada no banco de dados. Com a versão final da sentença é possível verificar o que foi utilizado pelo Magistrado dentre as sugestões dadas pelo Galileu, mas que não fica um registro no texto final dos trechos gerados pelo sistema. Ainda, foi esclarecido que o sistema é muito simples de utilizar e que as necessidades de treinamento serão tratadas pelo Linova, junto à Ejud. Juiz Renato relatou que participou da segunda fase do piloto e que a versão disponível do Galileu entrega um conjunto de informações importantes para que o Magistrado trabalhe em sua decisão, dependendo fortemente da interação do Magistrado, o que desfaz a ideia de que haverá uma “avalanche” de decisões quando o sistema for liberado para todos. É um sistema em evolução e a versão que está disponibilizada ainda é um produto mínimo viável para uso.

- b. **e-menta:** Carmo destacou que o sistema também faz uso de IA generativa, mesma tecnologia do Galileu, gera ementas no modelo da recomendação CNJ 154/2024. Está em fase de desenvolvimento de produto mínimo viável para disponibilização de piloto em breve.
- c. **Panlex:** Por fim, Carmo relatou o projeto do sistema Panlex, para pesquisa textual nas normas e comentários da Organização Internacional do Trabalho com piloto previsto para 24/janeiro.

11. **Infraestrutura:** Paulo Mendes, Coordenador de Infraestrutura Tecnológica, fez destaque aos **novos roteadores**, que fazem a troca de tráfego entre os datacenters/usuários e internet e que foram substituídos por equipamentos de maior capacidade de vazão de dados e espaço para crescimento da demanda, além de atualizados e com garantia. Relatou ainda que os **storages**, equipamentos que fazem o armazenamento de dados, estão sendo renovados, com tecnologia atualizada, menor custo, aumento em 60% na capacidade de armazenamento, menor consumo de energia, maior segurança e inovação, como proteção contra *ransomware*.

12. **Outros assuntos:**

- a. Pablo Barros, Coordenador de Implantação de Sistemas, mencionou que o Pje está permitindo habilitação de advogados sem necessidade de aprovação, em processos de precatórios. Discutido o assunto entre os presentes, foi determinado pelo Des. Silvestrin que seja registrada demanda no Jira para solicitar o bloqueio de tais habilitações e que o assunto seja pautado na próxima reunião do Subcomitê Regional do Sistema Pje.
- b. Juiz Luiz Antônio Colussi questionou se há previsão do Siscondj (sistema de emissão de alvarás do Banco do Brasil) integrar o Pje e também se há tratativas para levar o backup do TRT-4 para nuvem. Farias esclareceu que há demanda registrada para integração do Siscondj com o Pje, porém ainda não priorizada pelo CSJT. Juiz Colussi sugeriu a formalização do



ATA DE REUNIÃO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE TIC

pedido pela Direção do Foro e Dr. Silvestrin comprometeu-se a incluir o assunto na próxima reunião do Subcomitê Regional do PJe. Sobre o questionamento do *backup*, Farias esclareceu sobre o uso da nuvem para armazenamento de dados e soluções, sendo que o CSJT fez a contratação nacional e que ocorreu a implantação em 3 Tribunais de pequeno porte e que o TRT-4 deveria ingressar no próximo grupo de Regionais. Salientou, porém, que o CSJT está avaliando os impactos na implantação da nuvem, em especial na questão de custos. Em paralelo, o TRT-4 está planejando reposicionar os geradores de forma a reduzir o risco de atingimento desta fonte secundária de energia, haja vista que os datacenters pararam por falta de energia elétrica durante a crise climática de 2024.

Vencidos os itens previstos para exame na reunião, Des. Silvestrin agradeceu o empenho de todos ao longo de 2024, desejando um feliz e iluminado natal a todos, declarando a reunião encerrada.

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.